

.....

## SUMÁRIO

<b>1</b> .....	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b> .....	
<b>CONCEITOS INTERDISCIPLINARES DO REGIME PROTETIVO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b> .....	<b>19</b>
2.1. A expressão <i>transtorno mental</i> como substitutivo para a expressão <i>doença mental</i> .....	19
2.2. A utilização da terminologia <i>deficiência intelectual</i> em detrimento de <i>deficiência mental</i> .....	22
2.3. Noções acerca da vulnerabilidade .....	30
2.4. A autonomia privada abrange a autodeterminação existencial e identitária .....	34
2.5. Direitos da personalidade: inexistência de um rol taxativo.....	39
2.6. Conclusões parciais .....	42
<b>3</b> .....	
<b>AS CAPACIDADES NO QUADRO DA AUTONOMIA PRIVADA (MATERIAL E PROCESSUAL)</b> .....	<b>45</b>
3.1. Introdução.....	45
3.2. A capacidade jurídica como situação jurídica simples .....	46
3.3. Personalidade jurídica como um <i>plus</i> em relação à capacidade jurídica.....	47
3.4. Capacidade de fato .....	52
3.5. Capacidade de ser parte.....	59

3.6.	Capacidade postulatória .....	61
3.7.	Capacidade de estar em juízo .....	63
2.8.	Sistematização dos conceitos apresentados .....	66
<b>4</b>	.....	
	<b>A CAPACIDADE CIVIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>69</b>
4.1.	A incapacidade das pessoas com deficiência.....	69
4.1.1.	Função e fontes das incapacidades .....	69
4.1.2.	A evolução legislativa das incapacidades no Brasil em relação às pessoas com deficiências .....	72
4.1.2.1.	A legislação antes do Código Civil de 1916 .....	72
4.1.2.2.	O Código Civil de 1916 .....	74
4.1.2.3.	Código Civil de 2002 .....	78
4.1.3.	A prodigalidade .....	82
4.1.4.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos: uma breve crítica à manutenção no rol de relativamente incapazes .....	86
4.2.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 6 de julho de 2015) e a capacidade das pessoas com deficiência .....	89
4.2.1.	Antecedentes do Estatuto: as diretrizes normativas internacionais e as finalidades da nova disciplina legal .....	89
4.2.2.	A nova redação dos artigos 3º e 4º do Código Civil .....	92
4.2.3.	A proteção da pessoa com deficiência após o EPD: os institutos protetivos e as críticas ao novo regime .....	99
4.2.3.1.	Os institutos protetivos.....	99
4.2.3.1.1.	Duplo regime curatelar .....	99
4.2.3.1.2.	Tomada de Decisão Apoiada .....	115
4.2.3.1.3.	Outras formas de proteção .....	124
4.2.3.2.	Críticas ao novo sistema .....	126
4.2.3.3.	Comentários ao PL no 757/2015 no que concerne ao regime de incapacidades .....	128
4.2.3.4.	Observações complementares sobre a plena capacidade no âmbito dos direitos de personalidade .....	136

<b>5</b>	.....	
<b>A CAPACIDADE PROCESSUAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS PARA DEMANDAR EM JUÍZO</b>	.....	<b>143</b>
5.1.	Introdução: o quadro da abordagem da doutrina brasileira sobre a capacidade processual da pessoa com deficiência .....	143
5.2.	A plena capacidade processual da pessoa com deficiência sem instauração da tomada de decisão apoiada ou da curatela de apoio. ....	151
5.3.	A capacidade processual da pessoa com deficiência capaz curatelada .....	155
5.4.	A capacidade processual da pessoa com deficiência capaz sob o regime da tomada de decisão apoiada .....	161
5.5.	A capacidade processual da pessoa com deficiência incapaz por impossibilidade de expressão de vontade .....	163
5.6.	A capacidade processual da pessoa com deficiência incapaz por prodigalidade ou por ser ébria habitual ou viciada em tóxico .....	166
5.7.	A capacidade processual da pessoa com deficiência e a Lei 9.099/95 .....	168
5.8.	A validade dos atos processuais praticados por pessoa com deficiência .....	170
5.9.	Propostas legislativas para alteração do Código de Processo Civil.....	176
	.....	
<b>CONCLUSÕES</b>	.....	<b>187</b>
	.....	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	.....	<b>189</b>